

BRASIL

Caminhos Nacionais para Sistemas Alimentares Sustentáveis

1ª PARTE (Introdução)

- 1) A Cúpula das Nações Unidas sobre Sistemas Alimentares (2021) representou importante oportunidade para promover sistemas alimentares sustentáveis e que garantam uma alimentação adequada e saudável para todos. Os sistemas alimentares sustentáveis têm papel fundamental no crescimento econômico, no combate à fome e à pobreza, na inclusão social e na proteção do meio ambiente. A forma como produzimos, comercializamos e consumimos alimentos é crucial para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e para alcançarmos o futuro que desejamos.
- 2) Para o Brasil, sistemas alimentares eficientes, sustentáveis e resilientes são fundamentais para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e para o fornecimento de alimentos saudáveis, a preços acessíveis e em quantidades adequadas para toda a população. Nas últimas décadas, o país tem desenvolvido sistemas alimentares nos quais coexistem agricultura convencional, agroecologia e agricultura orgânica. Alguns dos elementos centrais que têm orientado esse desenvolvimento são os investimentos em ciência, tecnologia e inovação, a promoção da agricultura familiar, a atenção à sustentabilidade e à resiliência, juntamente com a busca de um sistema de comércio internacional de produtos agrícolas mais justo, transparente e equitativo.
- 3) O aumento da produção agrícola e de alimentos brasileira tem sido acompanhado pela busca de crescente sustentabilidade, apoiada na convicção de que sistemas alimentares sustentáveis podem contribuir para o desafio de superar a fome e todas as formas de má-nutrição, ao mesmo tempo em que ajudam no enfrentamento da mudança climática. O Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária (**Plano ABC+**), por exemplo, promove o uso de tecnologias e práticas modernas que resultam na redução da intensidade de emissão de carbono, ao mesmo tempo em que promove medidas de adaptação. Para o Brasil, a agricultura é parte da solução para enfrentar a mudança do clima e cumprir as metas do Acordo de Paris e do Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal.
- 4) A experiência brasileira também tem demonstrado que a promoção de sistemas alimentares sustentáveis pode abrir caminho para o alcance dos Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável, inclusive os ODS 1 (erradicação da pobreza), ODS 2 (fome zero), ODS 7 (energia acessível e limpa), ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico) e ODS 13 (combate às alterações climáticas). A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (**Pnapo**), por exemplo, articula um conjunto de ações do governo que lhe possibilitam atuar de forma sistêmica na segurança alimentar e nutricional, no direito à alimentação saudável, na promoção da agrobiodiversidade e no uso sustentável dos recursos naturais.

- 5) Para o Brasil, a construção de sistemas alimentares sustentáveis também inclui, como componentes essenciais, iniciativas e políticas de proteção social. O **Bolsa Família**, por exemplo, programa de transferência condicionada de renda, desempenha papel importante na promoção da segurança alimentar e nutricional, ao mesmo tempo em que contribui para a consecução do ODS 1 (erradicação da pobreza) e ODS 10 (redução das desigualdades). Da mesma forma, o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (**PAA**), que destina alimentos produzidos pela agricultura familiar para pessoas em situação de insegurança alimentar, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (**PNAE**), o qual oferta refeições saudáveis a mais de 40 milhões de crianças todos os dias, também contribuem para ampliar o acesso a alimentos saudáveis e para fortalecer os sistemas alimentares sustentáveis. Destaca-se que o PNAE apoia o desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos. Para isso, há a previsão de aquisição mínima de 30% dos recursos federais em alimentos da agricultura familiar, o que representa, em 2023, um montante de R\$ 1.638.572.189,00 (cerca de USD 335.484.253,10, ao câmbio de jul/2023). Além disso, no mínimo 75% dos recursos devem ser destinados à aquisição de alimentos in natura ou minimamente processados, com a obrigatoriedade de fornecimento semanal de frutas in natura, verduras e legumes.
- 6) O Brasil reconhece inúmeros desafios a serem superados para se alcançar uma maior sustentabilidade dos sistemas alimentares no país. Nos últimos anos, houve aumento acentuado na pobreza, na insegurança alimentar e nas desigualdades sociais no país. Dados do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 (II VIGISAN), de 2022, mostraram cerca de 33 milhões de pessoas em insegurança alimentar grave e mais da metade da população (58,7%) convivendo com a insegurança alimentar em algum grau. O relatório SOFI (Estado Mundial da Insegurança Alimentar e Nutricional), divulgado

pela FAO em 2022, também apontou 15,4 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar grave no país e 61,3 milhões em situação de insegurança alimentar moderada ou grave. Tais índices reforçam diferenças regionais e socioeconômicas, bem como as desigualdades de raça e gênero. Também agravam a vulnerabilidade de povos e comunidades tradicionais, que historicamente sofrem maior risco de insegurança alimentar e nutricional.

- 7) O aumento da fome e da insegurança alimentar e nutricional impactaram nos indicadores de saúde e de nutrição da população, especialmente entre a população em maior vulnerabilidade. A piora no padrão alimentar da população impacta negativamente a múltipla carga da má-nutrição no país, inclusive a prevalência da desnutrição, de carências nutricionais, do sobrepeso e da obesidade, e de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs), além de implicar aumento de custos para o Sistema Único de Saúde (SUS). Em anos recentes, o Brasil experimentou um marcado aumento no consumo de alimentos ultraprocessados, associados ao crescimento dos riscos de obesidade, hipertensão, doenças cardiovasculares, diabetes e cânceres. Dados do IBGE (Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF) indicam que, entre 2002-2003 e 2017-2018, houve elevação de 46% na participação dos alimentos ultraprocessados na dieta nacional, que chegaram a representar 18,4% das calorias consumidas pela população brasileira. Por sua vez, a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) mostrou, em 2019, que 60,3% da população adulta brasileira estava com excesso de peso, dos quais 25,9% com obesidade, enquanto o Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI), também de 2019, mostrou que 3% das crianças menores de 5 anos apresentavam déficit de peso e 10% tinham excesso de peso.
- 8) Para além do aumento da insegurança alimentar e nutricional no país e no mundo, a recente alta dos preços internacionais de alimentos e insumos, assim como a pandemia de Covid-19 e seus impactos, trouxeram à luz a necessidade urgente de fortalecer sistemas alimentares resilientes que, em situações de crises e emergências, sejam capazes de garantir a soberania e a segurança alimentar e nutricional da população, desde a produção até o consumo de alimentos adequados e saudáveis. Tal contexto também ressalta a necessidade de garantir espaços de atuação governamental para a implementação de políticas públicas voltadas a melhorar a segurança alimentar em todos os seus aspectos, em particular a disponibilidade de alimentos e o acesso a eles.
- 9) Várias das políticas públicas e programas aqui mencionados, voltados ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional e da agricultura familiar, têm

alcançado resultados positivos não apenas nacionalmente, mas também em países com os quais são compartilhados por meio da cooperação internacional para o desenvolvimento implementada pelo Brasil.

- 10) O presente documento, produzido no primeiro semestre de 2023, reflete um momento de grande dinamismo político no Brasil. A governança de segurança alimentar e nutricional foi retomada, por meio de ações que incluem, entre outros, (i) o fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; (ii) a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA); (iii) a retomada das atividades da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), com a participação de 24 ministérios; (iv) a elaboração multisetorial e participativa do **Plano Brasil Sem Fome**; (v) a realização da 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em dezembro de 2023; e (vi) a previsão de lançamento de um novo Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em 2024. Merecem também menção outras ações estratégicas, a exemplo do lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar, a elaboração de uma Política Nacional de Abastecimento Alimentar e a definição de uma nova cesta básica brasileira, levando em conta critérios de saúde, sustentabilidade e segurança alimentar e nutricional.
- 11) Os parágrafos seguintes apresentam a visão corrente do Brasil em relação ao futuro dos sistemas alimentares nacionais e os caminhos nacionais propostos para que o país possa alcançar as metas estabelecidas na Agenda 2030, em particular no tocante à redução da pobreza e da insegurança alimentar e nutricional.

2ª PARTE (Estratégias Nacionais)

1. Fortalecer a governança nacional de políticas de segurança alimentar e nutricional

Como fruto de intensa mobilização social e de processos políticos em âmbito nacional e internacional, o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), compreendido como o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, seguros e saudáveis, em quantidade suficiente, foi incluído no rol de garantias fundamentais previstos na Constituição Federal brasileira em 2010. Para além do reconhecimento formal da centralidade da alimentação para a dignidade humana e para o aprofundamento da democracia, a inclusão do DHAA no texto constitucional materializa o entendimento de que é uma obrigação do Estado brasileiro tomar as medidas necessárias para garantir esse direito e consolidá-lo, inclusive por meio do redesenho das estruturas estatais, da adequação do arcabouço jurídico e legislativo e da implementação de políticas públicas.

Nesse sentido, a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, chamada Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), figura não apenas como importante precursora do reconhecimento constitucional do DHAA, mas também como marco para a interpretação desse direito e para a orientação de ações para a sua realização, em relação tanto ao Estado, no papel de portador de obrigações e garantidor do DHAA, quanto aos indivíduos e coletivos titulares de direitos, responsáveis por exigir e monitorar a concretização do direito em questão.

A LOSAN reforça a compreensão de que a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada requer o protagonismo dos titulares do direito, bem como ações intersetoriais que articulem as esferas municipal, estadual e federal. Portanto, e para tanto, criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), tendo como componentes fundamentais a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e seus correlatos no âmbito dos estados e municípios.

O CONSEA, extinto pelo governo anterior e recriado em fevereiro último, tem como atribuição assessorar e monitorar as políticas públicas relacionadas à segurança alimentar e nutricional no Brasil em âmbito federal. O Conselho é composto por dois terços de representantes da sociedade civil, que atuam em caráter voluntário, e um terço de representantes governamentais. Também integra o SISAN a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), composta por representantes de 24

Pastas do governo federal que acompanham os temas de segurança alimentar e nutricional. A CAISAN tem como atribuição elaborar, com base na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), indicando diretrizes, metas, fontes de recursos e instrumentos de monitoramento a respeito da execução dessa política.

A atuação do SISAN, entre 2006 e 2019, representou importante inovação institucional, que ofereceu ao poder público e a sociedade civil brasileira uma plataforma para atuação conjunta na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas para realização do DHAA. Tais políticas não apenas permitiram ao Brasil sair do Mapa da Fome em 2014, mas também transformaram o país em referência mundial no enfrentamento da fome e da miséria.

Prioridades-chave rumo a 2030

- Reorganizar o SISAN, com especial atenção à constituição de processos e mecanismos e adequados de pactuação federativa, inclusive com instrumentos de gestão integrada e cofinanciamento continuado, bem como à definição de parâmetros para participação, protegida de conflitos de interesse, de organizações da sociedade civil e do setor privado.
- Fortalecer as instâncias de participação popular, como as Conferências e Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional em âmbito municipal, estadual e nacional.
- Retomar e aperfeiçoar os instrumentos institucionais para a governança eficiente das políticas públicas e a gestão coletiva e integrada da agenda intersetorial de segurança alimentar e nutricional, como as Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional, nos três âmbitos.
- Avançar em mecanismos institucionais de pactuação interpoderes, que demandem e favoreçam que o sistema de justiça e o Congresso Nacional cumpram seus deveres constitucionais na garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

2. Fomentar a pesquisa científica contínua e inclusiva e a inovação para o desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis e a promoção da alimentação adequada e saudável

O desenvolvimento e a difusão de tecnologia, inovação e boas práticas em todos os níveis são cruciais para promoção da alimentação adequada e saudável e para a construção de sistemas alimentares sustentáveis, produtivos, prósperos e resilientes. O

investimento em ciência e tecnologia pode promover melhorias significativas na eficiência, produtividade e redução de custos na agricultura, contribuindo, assim, para fortalecer a segurança alimentar e nutricional em suas quatro dimensões: disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade.

É fundamental desenvolver e adotar novas tecnologias e ferramentas inovadoras, práticas e padrões de gestão, a fim de erradicar a pobreza, a fome e todas as formas de má nutrição, atender à crescente demanda global por alimentos adequados e saudáveis, garantir vidas e bem-estar, promover a produção e o consumo responsáveis, bem como enfrentar os desafios da mudança climática, entre outros objetivos (ODS 1, 2, 3, 12 e 13).

O Brasil tem experiência na integração de ciência e tecnologia para construção de sistemas alimentares sustentáveis, adaptados aos climas tropicais e temperados do país e às características de seus seis biomas. Parcerias entre gestores públicos, universidades, instituições públicas de pesquisa, organizações da sociedade civil e do setor privado, de uma perspectiva nacional e internacional, têm desempenhado papel fundamental para impulsionar a inovação em todos os segmentos do sistema alimentar, da produção ao consumo.

Prioridades-chave rumo a 2030

- Apoiar a pesquisa e inovação agrícola desenvolvida por instituições públicas e privadas para o atendimento da crescente demanda nacional e global por alimentos adequados e saudáveis.
- Fomentar a pesquisa e inovação agrícola voltadas ao desenvolvimento da bioeconomia, inclusive a produção e disseminação de insumos biológicos. Nesse sentido, fortalecer, entre outras iniciativas, o Programa Nacional de Bioinsumos, que permite o desenvolvimento de normas e regulamentos para o funcionamento de unidades de produção de insumos biológicos, prioriza pequenas e médias biofábricas e promove ambiente favorável para o financiamento de infraestrutura.
- Fomentar a pesquisa científica e a inovação para promover a produção de alimentos adequados e saudáveis, por meio de (i) apoio técnico a todos os agricultores, inclusive à agricultura familiar de base orgânica e agroecológica; (ii) promoção da agricultura de baixa emissão de carbono e de práticas agrícolas com menor impacto ambiental; e (iii) diversificação da produção e valorização da sociobiodiversidade regional.
- Investir na pesquisa, desenvolvimento e disseminação de tecnologias

sustentáveis para o manejo da água, do solo e das florestas, conjugadas a práticas inovadoras de produção sustentável.

3. Apoiar o desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis, resilientes e localmente adaptados

É fundamental reconhecer que os países e regiões apresentam distinções de clima, solos, recursos hídricos, hábitos e culturas alimentares, acesso à tecnologia e níveis de desenvolvimento, entre outros fatores que moldam os sistemas alimentares. O Brasil considera que os sistemas alimentares, por sua natureza complexos e diversos, devem adaptar-se às circunstâncias e características locais, para que se tornem mais sustentáveis e resilientes e para que possam contribuir de maneira mais efetiva à garantia da segurança alimentar e nutricional.

A mudança do clima e a ocorrência cada vez mais frequente de eventos climáticos extremos representam um enorme desafio global, uma vez que impactam negativamente o fornecimento estável de alimentos adequados e saudáveis e criam obstáculos à implementação da Agenda 2030. Políticas públicas destinadas à inovação contínua para reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) e facilitar a adaptação à mudança climática são essenciais para promover sistemas alimentares cada vez mais produtivos, diversificados, resilientes e sustentáveis.

Prioridades-chave rumo a 2030

- Implementar medidas de adaptação às mudanças climáticas e redução das emissões de GEE nos sistemas alimentares.
- Fortalecer e ampliar políticas voltadas ao aumento da eficiência e da resiliência da produção, a exemplo do Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária (Plano ABC+), no contexto de uma gestão integrada da paisagem.
- Ampliar e consolidar a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), que articula ações para promover a oferta de produtos orgânicos e de base agroecológica, o uso sustentável dos recursos naturais, a valorização da agrobiodiversidade e da sociobiodiversidade, a ampliação da participação da juventude rural e a redução das desigualdades de gênero.
- Promover a conservação e restauração da vegetação nativa em áreas rurais por meio da implementação plena do Código Florestal. O Código exige a conservação e recuperação da vegetação nativa em imóveis rurais, promovendo soluções sustentáveis que aliam a produção de alimentos à

conservação ambiental.

- Identificar demandas e potencialidades dos territórios para o desenvolvimento de uma agricultura mais resiliente e o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional.
- Reforçar as normas e instituições de segurança sanitária e fitossanitária, com vistas a proporcionar acesso a alimentos adequados e saudáveis para todos e evitar a propagação de pragas ou doenças entre animais e plantas.
- Implementar e fortalecer o apoio à renda de grupos vulnerabilizados por meio de programas institucionais que, simultaneamente, promovam o acesso ao mercado e fomentem técnicas mais sustentáveis de produção, transformação e comercialização de alimentos.
- Implementar a Política Nacional de Abastecimento Alimentar, englobando ações relacionadas com a produção sustentável, distribuição e comercialização de alimentos adequados e saudáveis e com os serviços de alimentação. Nesse âmbito, direcionar ações específicas aos grupos populacionais específicos, para distribuição justa e equitativa dos recursos e das oportunidades relacionados à produção e ao acesso de alimentos adequados e saudáveis.

4. Impulsionar a geração e o uso de energia renovável dentro dos sistemas alimentares

A transição para a energia limpa e renovável é central para o esforço de desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis e para a garantia da segurança alimentar e nutricional em todos os seus aspectos. O Brasil possui uma das matrizes energéticas menos intensivas em emissão de carbono entre as principais economias do mundo. Quase 50% (48,4%) da oferta nacional de energia deriva de fontes renováveis, entre as quais a biomassa da cana-de-açúcar, que responde por 19,1% do total da energia renovável. O biodiesel, a energia solar, a energia eólica e outras fontes também têm aumentado sua participação, atualmente respondendo por 7,7% do total.

No Brasil, os sistemas alimentares contribuem para a produção de biomassa e de biocombustíveis. A produção de energia a partir de insumos agrícolas e dejetos de animais, além de ser limpa e estável, contribui para fortalecer as cadeias de produção e distribuição agrícola e para reduzir os preços da eletricidade. A produção de biomassa e a de biocombustíveis são complementares e integradas a várias cadeias agrícolas, como as da cana-de-açúcar, soja e milho. Tal atividade leva em consideração a chamada segunda safra, gera co-produtos para a alimentação animal e não representa

ameaça à produção de alimentos.

Adicionalmente, experiências como a criação do Selo Biocombustível Social, que aliam a produção de biodiesel à promoção da inclusão produtiva de agricultores familiares, ou as linhas de crédito específicas da agricultura familiar que estimulam a produção de energia renovável por meio de matéria vegetal e animal, como o biodiesel e o biogás, demonstram a importância de ações que buscam integrar produção de alimentos, geração de energia renovável e inclusão econômica.

Com base na experiência brasileira, a biomassa e os biocombustíveis obtidos por meio da produção agrícola e os resíduos resultantes do processo contribuem para diversificar as fontes de energia renováveis (ODS 7), reduzir a pobreza rural e a insegurança alimentar (ODS 1 e 2), ao mesmo tempo em que promovem a saúde e o bem-estar (ODS 3). Além disso, criam empregos e renda em todo o sistema alimentar, permitindo a resiliência regional e o desenvolvimento local (ODS 1, 10, 12, 13).

Prioridades-chave rumo a 2030

- Aumentar a participação das energias renováveis na matriz energética nacional e cumprir as metas de energias renováveis adotadas pelo Brasil no âmbito do Acordo de Paris.
- Fomentar iniciativas regionais sobre energia renovável.
- Promover a integração de energia renovável nos sistemas alimentares, inclusive por meio incentivo à produção de biocombustíveis a partir de fontes agrícolas, como proposto pelo programa RenovaBio.
- Integrar políticas voltadas à produção de alimentos adequados e saudáveis a iniciativas de produção de energia renovável a partir de matéria orgânica vegetal e animal, visando potencializar a sustentabilidade dos sistemas alimentares do país
- Criar oportunidades de integração da agricultura familiar com políticas de promoção de energia renovável, aproveitando a experiência do Selo Combustível Social e implementando políticas de fomento para ampliar a sustentabilidade dos sistemas alimentares com base na agricultura familiar.

5. Apoiar os pequenos proprietários e a agricultura familiar na promoção de meios de vida sustentáveis e na diversificação da produção de alimentos

A agricultura familiar desempenha papel significativo nos sistemas alimentares do Brasil, representando 77% dos estabelecimentos rurais e ocupando 23% das áreas

agropecuárias do país. Além de ser a principal responsável pela diversidade da oferta de alimentos no país, a agricultura familiar tem desempenhado função crucial na produção de alimentos orgânicos e agroecológicos, na geração de energia renovável e no desenvolvimento de um modelo de bioeconomia que integra conhecimentos tradicionais e promove a inclusão produtiva de povos e comunidades tradicionais.

Apoiar e ampliar a participação da agricultura familiar na produção sustentável de alimentos saudáveis é fundamental para fortalecer a segurança alimentar e nutricional em todos os seus aspectos. Para alcançar esse objetivo, é essencial implementar políticas públicas específicas que proporcionem assistência técnica, acesso a mercados, financiamento e agregação de valor para agricultores familiares em toda sua diversidade, incluindo pequenos proprietários, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.

Como parte de uma estrutura agrícola diversificada, o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana visa promover a produção agroecológica de alimentos nas cidades, buscando o uso sustentável de espaços disponíveis, como terrenos baldios, quintais, telhados e varandas. O programa contribui para a segurança alimentar e nutricional da população, ao promover a produção sustentável, o processamento e a comercialização de alimentos saudáveis. Além disso, o programa favorece o desenvolvimento da economia local, a criação de empregos, a educação ambiental e a melhoria da qualidade de vida nas cidades, ao fortalecer os vínculos entre a comunidade urbana e a produção sustentável de alimentos saudáveis.

Os pequenos agricultores e a agricultura familiar, assim como a produção urbana e periurbana, podem contribuir para erradicar a fome e promover a saúde e o bem-estar (ODS 1, 2, 3), melhorar o uso da terra e da água (ODS 14, 15), construir resiliência e fomentar o desenvolvimento socioeconômico regional (ODS 8, 10, 12, 13).

Prioridades-chave rumo a 2030

- Desenvolver políticas públicas interministeriais de promoção de sistemas alimentares sustentáveis com base na agricultura familiar, integrando aspectos diversos da sustentabilidade, como inclusão produtiva, produção agroecológica e orgânica, cadeias curtas de abastecimento e acesso a mercados.
- Implementar políticas públicas intersetoriais para garantir renda aos agricultores familiares, a exemplo de programas de compras públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que, além de promover a atividade econômica a nível local, também contribuem para melhorar a segurança alimentar e

nutricional de estudantes e beneficiários de programas sociais.

- Ampliar a participação da agricultura familiar nos sistemas alimentares nacionais e internacionais por meio de políticas públicas de incentivo, inclusive políticas de crédito rural, compras públicas, seguro agrícola, garantia de preços, assistência técnica e inovação voltada à produção sustentável e à transição agroecológica.
- Aprimorar a governança fundiária e promover a reforma agrária, com base na legislação nacional e no preceito constitucional da função social da propriedade, de forma a possibilitar a expansão da produção sustentável de alimentos saudáveis pela agricultura familiar.
- Ampliar e fortalecer o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, inclusive por meio da implementação de novos equipamentos nas cidades.

6. Promover uma maior integração da agrobiodiversidade nos sistemas alimentares

A agrobiodiversidade é reconhecida e apreciada pela população brasileira, especialmente em nível local e regional. Ela engloba a variedade de plantas, animais e microrganismos relevantes direta ou indiretamente para a agricultura e alimentação. A agrobiodiversidade possui enorme potencial para contribuir ainda mais para a produção de alimentos adequados e saudáveis, a construção de resiliência e a busca de soluções adaptadas às diferentes circunstâncias culturais e locais. Para tanto, é fundamental valorizá-la e integrá-la de maneira mais efetiva ao sistema alimentar nacional.

Para promover o aproveitamento da agrobiodiversidade e sua integração aos sistemas alimentares, é necessário contar com políticas públicas de apoio e investimento em ciência, a fim de impulsionar a pesquisa, a inovação e a disseminação de boas práticas relacionadas à agrobiodiversidade. Além disso, é crucial desenvolver produtos sócio-biodiversitários que valorizem e incorporem a agricultura familiar, os pequenos agricultores, os povos indígenas e as comunidades locais. Essa abordagem contribuirá significativamente para fortalecer a segurança alimentar e nutricional, promover a sustentabilidade e preservar os recursos naturais.

Integrar a agrobiodiversidade de forma abrangente e estratégica é essencial para avançar em direção a sistemas alimentares mais sustentáveis. Sistemas agrícolas e biológicos diversificados contribuem para a redução da fome e da pobreza (ODS 1, 2), para a promoção da saúde e do bem-estar (ODS 3), para a melhora do uso da terra e da água (ODS 14, 15), bem como para construir resiliência e enfrentar a

mudança climática (ODS 13) e fomentar o desenvolvimento sócio-econômico regional (ODS 8, 10, 12).

Prioridades-chave rumo a 2030

- Promover uma maior integração da agrobiodiversidade nos sistemas alimentares, por meio do reconhecimento e valorização dos produtos e conhecimentos tradicionais de povos e comunidades tradicionais, bem como do apoio a práticas sustentáveis de produção e manejo da agrobiodiversidade.
- Promover o uso sustentável da biodiversidade em todos os biomas brasileiros, apoiando povos e comunidades tradicionais e diversificando as culturas e sistemas de produção agrícola, inclusive por meio de políticas como o Programa Cadeias Produtivas da Bioeconomia e a Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), que garante preço mínimo para determinados produtos extrativistas.
- Agregar os produtos da sociobiodiversidade ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), valorizando a produção regional e a agrobiodiversidade local, resgatando hábitos e culturas alimentares, fortalecendo as comunidades tradicionais e diversificando a alimentação nas escolas, com foco na segurança alimentar e nutricional.
- Valorizar a agrobiodiversidade e os produtos da sociobiodiversidade, estimulando as experiências locais de uso e conservação dos recursos genéticos vegetais e animais. Isso inclui o reconhecimento e valorização das raças e variedades locais, tradicionais ou crioulas, e o apoio a práticas de manejo sustentável que preservem essa diversidade genética.
- Aprimorar os mecanismos que permitem o acesso transparente e inclusivo aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais relacionados à agrobiodiversidade, assim como a repartição justa e equitativa de benefícios. À luz da legislação nacional e internacional sobre gestão do patrimônio genético, é crucial garantir que os benefícios provenientes da utilização desses recursos sejam compartilhados de maneira adequada, reconhecendo e recompensando devidamente as comunidades e povos tradicionais que detêm esse conhecimento e são os guardiões da diversidade biológica.

7. Garantir uma alimentação adequada e saudável para todos e promover ambientes alimentares saudáveis, em particular nas cidades

A Constituição Federal reconhece tanto o direito à saúde quanto o direito à alimentação, estabelecendo que cabe ao Estado promover políticas públicas que garantam a segurança alimentar e nutricional da população. Com efeito, a promoção da alimentação adequada e saudável é uma das diretrizes da **Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN)**. Suas recomendações oficiais estão traduzidas no Guia Alimentar para a População Brasileira e no Guia Alimentar para Crianças Brasileiras menores de dois anos, reconhecidos internacionalmente por sua abordagem inovadora e abrangente. Os Guias Alimentares brasileiros apresentam recomendações para uma alimentação adequada e saudável levando em consideração toda a cadeia produtiva de alimentos, desde a produção, processamento e distribuição até o acesso e consumo, contribuindo assim para estruturar sistemas alimentares mais saudáveis e sustentáveis. Os Guias também estimulam a reflexão sobre os aspectos culturais e sociais envolvidos no ato de comer, a comensalidade e a valorização da alimentação tradicional brasileira.

Os Guias Alimentares são instrumentos essenciais para orientar políticas nacionais que visam garantir a segurança alimentar, nutricional e a saúde da população. Suas recomendações embasam políticas públicas voltadas à promoção tanto do direito à saúde quanto do direito à alimentação adequada, em áreas diversas como saúde, alimentação, nutrição, assistência social, agricultura e economia. Ao promover uma alimentação adequada e saudável, os Guias também ajudam a prevenir problemas de saúde relacionados à alimentação e nutrição e contribuem para a adoção de hábitos de vida mais saudáveis. Além disso, desempenham papel relevante na educação alimentar e nutricional de profissionais e da população em geral.

A garantia de uma alimentação adequada e saudável para todos, em um país como o Brasil, em que mais de 80% da população vive em áreas urbanas, também passa pela atenção aos ambientes alimentares nas cidades. É necessário promover ambientes alimentares e estratégias que possibilitem à população urbana a escolha de alimentos adequados e saudáveis, em todas as fases da vida. Nesse sentido, aponta-se como um desafio importante para os próximos anos a implementação de uma agenda de segurança alimentar e nutricional urbana que organize a disponibilidade de alimentos adequados e saudáveis nas cidades e o acesso a eles pela população, mediante políticas públicas intersetoriais e medidas protetivas que tornem os ambientes mais propícios e facilitem a adesão a uma alimentação adequada e saudável.

Cabe, por fim, ressaltar que determinados grupos sociais estão mais expostos a situações de vulnerabilidade e iniquidade, o que torna os agravos nutricionais especialmente impactantes para eles. Por tal razão, é necessário implementar políticas adequadas em nível nacional, regional e internacional, com o objetivo de priorizar esses

grupos e oferecer também a eles a garantia de uma alimentação saudável e adequada.

A implementação de medidas voltadas à garantia da alimentação adequada e saudável para todos e para a promoção de ambientes alimentares saudáveis, em particular nas cidades, contribui para o alcance, entre outros, do ODS 2 (fome zero), ODS 3 (saúde e bem-estar) e ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis).

Prioridades-chave rumo a 2030

- Disseminar as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira e do Guia Alimentar para Crianças Brasileiras menores de dois anos junto ao setor de saúde e demais setores, incluindo educação, assistência social e agricultura, especialmente no tocante à promoção do consumo de alimentos “in natura” e minimamente processados e à redução do consumo de alimentos ultraprocessados.
- Assegurar que as políticas governamentais que envolvam compras públicas de alimentos mantenham alinhamento com as diretrizes nacionais de alimentação e nutrição e contribuam para a garantia da alimentação adequada e saudável para todos.
- Promover e proteger o aleitamento materno e a alimentação complementar adequada e saudável para crianças menores de dois anos, ampliando e fortalecendo estratégias nacionais bem-sucedidas e buscando abordagens variadas e intersetoriais, tendo em conta a importância primordial da alimentação adequada e saudável nos primeiros anos de vida.
- Implementar ações para a promoção de ambientes alimentares saudáveis, em particular nas cidades, que sejam conducentes à escolha de alimentos adequados e saudáveis por toda a população, inclusive por meio de medidas regulatórias de alimentos. Poderão ser consideradas, nesse sentido, medidas como (i) restrição da publicidade de alimentos, especialmente para o público infantil; (ii) avaliação e aprimoramento das normas de rotulagem de alimentos; (iii) medidas tributárias para incentivar o consumo de alimentos adequados e saudáveis e a restrição do consumo de alimentos ultraprocessados, a exemplo da taxação de bebidas açucaradas; e (iv) regulação de venda e publicidade de ultraprocessados nas escolas.
- Estruturar agenda integrada de segurança alimentar e nutricional em ambientes urbanos.
- Prevenir conflitos de interesse em prol da promoção da saúde e da garantia da

alimentação adequada e saudável e da segurança alimentar e nutricional.

- Implementar políticas específicas voltadas para as pessoas e grupos mais expostos a condições de vulnerabilidade, iniquidade e violações do direito humano à saúde e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), nos quais os agravos nutricionais têm maior impacto.
- Garantir a alimentação adequada e saudável em situações de crises sanitárias e de emergência, tendo em conta que as doações de alimentos e demais ações de assistência alimentar devem estar baseadas nos Guias Alimentares e devem respeitar a cultura e os hábitos alimentares das populações afetadas.
- Ampliar e fortalecer a vigilância alimentar e nutricional, considerando o monitoramento contínuo da situação alimentar e nutricional e de seus determinantes em todas as fases da vida, por meio de inquéritos populacionais e pela coleta de informações nos serviços de saúde, de forma a permitir a identificação precoce de agravos nutricionais e intervenções oportunas, bem como o planejamento de políticas públicas e estratégias para a organização do cuidado, da atenção nutricional e da saúde da população em nível federal e local.
- Fortalecer o PNAE e proporcionar, por meio de programas de alimentação escolar, uma alimentação adequada e saudável aos estudantes, promovendo hábitos alimentares saudáveis e uma melhor aprendizagem e desempenho acadêmico das crianças.
- Implementar tecnologias sociais para o acesso à água para o consumo individual e a agricultura.
- Fortalecer e ampliar, a partir de parceria entre os setores de saúde e economia, pesquisas sobre os preços dos alimentos e sua relação com medidas fiscais, bem como sobre o impacto dos preços no consumo alimentar e saúde da população.

8. Reduzir o desperdício e a perda de alimentos no sistema alimentar

A redução das perdas e desperdícios de alimentos ao longo do sistema alimentar é uma medida essencial, com impactos sobre todos os quatro pilares da segurança alimentar e nutricional. Trata-se de meio relativamente econômico para aumentar o fornecimento de alimentos adequados e saudáveis, enfrentar a fome e a má nutrição, promover a saúde e o bem-estar da população e reduzir desigualdades (ODS 2, 3, 10).

Além disso, a prevenção de perdas e desperdícios de alimentos também contribui para o enfrentamento da mudança do clima e a utilização mais eficiente e sustentável dos recursos naturais (ODS 12, 13, 14, 15).

Para enfrentar esse desafio, é crucial envolver todas as partes interessadas ao longo da cadeia de fornecimento de alimentos, conscientizando-as sobre a importância de combater as perdas e desperdícios e oferecendo soluções efetivas e concretas. Tal esforço requer mudanças de comportamento, compromisso político e investimento em novos processos de produção, em linha com os ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis). A adoção de medidas voltadas à redução de perdas e desperdícios pode contribuir para aumentar a disponibilidade de alimentos no mercado sem elevação do nível de produção.

As políticas públicas têm um papel fundamental nesse processo. O Brasil dispõe de uma **Estratégia Intersetorial para a Redução de Perdas e Desperdício de Alimentos**, que estabelece diretrizes e prioridades para se promover uma abordagem integrada, que envolva desde a implementação de práticas agrícolas sustentáveis até o estabelecimento de sistemas eficientes de distribuição e armazenamento, bem como a educação da população sobre o valor dos alimentos e o impacto de suas escolhas. É importante ressaltar que a abordagem deve ser holística, envolvendo diferentes setores da sociedade e levando em consideração as características regionais e locais.

Prioridades-chave rumo a 2030

- Implementar políticas inovadoras e apoiar iniciativas de pesquisa e desenvolvimento para reduzir o desperdício e a perda de alimentos. Tais políticas e medidas podem levar à inovação de produtos e processos ao longo da cadeia de produção, fornecimento e consumo de alimentos, e melhorar as relações entre todos os segmentos do sistema alimentar.
- Estabelecer programas de conscientização e educação, em âmbito nacional, para informar a população sobre o impacto das perdas e desperdícios de alimentos, destacando a importância do consumo responsável, oferecendo dicas práticas de armazenamento e conservação de alimentos, e incentivando a doação a bancos de alimentos e instituições de caridade.
- Apoiar a agricultura familiar e incentivar o uso de técnicas de produção, armazenamento e transporte que contribuam para reduzir as perdas e desperdícios e o aumento da disponibilidade de alimentos no mercado.
- Investir na melhoria da infraestrutura de armazenamento e transporte de alimentos, especialmente em áreas rurais e regiões mais remotas, inclusive por

meio da construção e manutenção de silos, câmaras frias e sistemas de refrigeração adequados para minimizar as perdas pós-colheita, bem como por meio do aprimoramento da logística de distribuição, incluindo estradas e transporte refrigerado.

- Promover a criação de parcerias entre diferentes atores ao longo da cadeia de fornecimento de alimentos, como produtores, varejistas, ONGs e instituições governamentais, com vistas a promover a troca de informações, melhores práticas e colaboração para reduzir as perdas e desperdícios de alimentos. Além disso, o estabelecimento de redes de colaboração entre os diferentes setores pode incentivar a criação de soluções inovadoras e sustentáveis para o gerenciamento de alimentos em todas as etapas da cadeia produtiva.

9. Integrar as negociações comerciais internacionais à promoção da segurança alimentar e nutricional

O comércio internacional de produtos agrícolas e alimentos desempenha papel estratégico na promoção da segurança alimentar e nutricional, ao permitir o abastecimento e o equilíbrio no fornecimento de alimentos entre os países. Para o Brasil, é importante que o sistema de comércio internacional e os sistemas alimentares nacionais se apoiem mutuamente, como forma de garantir a segurança alimentar e nutricional da população do Brasil e de nossos parceiros comerciais, de acordo com as necessidades e desafios específicos de cada país.

É fundamental superar os obstáculos ao comércio internacional de produtos agrícolas e alimentos, como medidas comerciais distorcivas e restrições arbitrárias, disfarçadas e injustificáveis. Isso inclui a mitigação de subsídios distorcivos e a adoção de medidas sanitárias e técnicas transparentes e baseadas em evidências científicas. Ao promover um ambiente de comércio justo e equilibrado, o Brasil pode expandir suas oportunidades de exportação de alimentos, gerando empregos e renda no setor agrícola e contribuindo para a segurança alimentar nacional e global.

É importante ressaltar que as negociações comerciais internacionais devem ser conduzidas de forma a proteger e promover os interesses dos agricultores familiares e a diversidade dos sistemas alimentares brasileiros. A abertura do comércio deve ser acompanhada de políticas de apoio e incentivo à agricultura familiar, garantindo sua participação justa e equitativa nos mercados nacionais e internacionais. Além disso, é necessário estimular a proteção dos recursos naturais e a adoção de práticas sustentáveis de produção, para que o comércio agrícola possa contribuir de maneira

mais efetiva para a transformação sustentável dos sistemas alimentares.

Um sistema de comércio internacional mais justo e equilibrado contribui para o alcance de diferentes ODS, inclusive o 1 (erradicação da pobreza), 2 (fome zero), 9 (indústria, inovação e infraestrutura), 10 (redução das desigualdades) e 17 (parcerias e meios de implementação).

Prioridades-chave rumo a 2030

- Promover avanços nas negociações do comércio internacional rumo à segurança alimentar e nutricional como um objetivo comum a nível multilateral na Organização Mundial do Comércio e nos acordos comerciais regionais, inclusive por meio de esforços para prevenir ações comerciais distorcivas e arbitrárias que possam prejudicar a segurança alimentar e os mercados globais de alimentos.
- Promover maior acesso ao mercado internacional para alimentos adequados e saudáveis que contribuam para a segurança alimentar e nutricional das populações, inclusive por meio do fortalecimento da imagem e competitividade dos produtos da agricultura familiar brasileira no mercado global.
- Buscar o reconhecimento da segurança sanitária como um objetivo essencial para a segurança alimentar e nutricional a nível global, defendendo a adoção de padrões internacionais baseados em evidências científicas para medidas sanitárias relacionadas ao comércio internacional de alimentos e se engajando na construção de parcerias internacionais para promover a harmonização regulatória e a troca de informações sobre segurança sanitária.
- Reforçar o uso da ciência como base para adoção de medidas sanitárias e técnicas relacionadas ao comércio internacional de alimentos, por meio da promoção da transparência e do compartilhamento de conhecimentos científicos, bem como o estabelecimento de mecanismos de consulta e revisão baseados em evidências. É essencial evitar a imposição de restrições arbitrárias, disfarçadas e injustificáveis ao comércio internacional, garantindo que as medidas adotadas sejam proporcionais e fundamentadas em riscos reais.